

Financiando a luta pelo clima

Por Anne Paugam

Valor Econômico, 10.2.2015

Até recentemente poucas organizações ou governos emitiam bônus verdes e os volumes eram modestos. A situação mudou em dois anos e em 2014 as emissões de bônus verdes ultrapassaram a soma de todos os anos anteriores. Na verdade, a demanda está superando a oferta

A mudança climática já está devastando todo o mundo em desenvolvimento. O Vietnã, por exemplo, informou que catástrofes naturais, algumas delas exacerbadas pela mudança climática, causaram prejuízos anuais equivalentes a 2% de seu PIB. Em países dependentes da agricultura como a Etiópia, secas mais prolongadas e maior frequência de enchentes ameaçam a subsistência e o abastecimento alimentar de muitos.

Num momento em que a comunidade internacional se prepara para a Conferência de Mudança Climática da ONU a realizar-se em Paris em dezembro, a identificação e racionalização de fontes de financiamento para o combate à mudança climática tem de ser a prioridade. Bancos de desenvolvimento como a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), da qual sou a principal executiva, estão em boas condições de contribuir.

Para começar, os bancos de desenvolvimento podem financiar projetos que beneficiem tanto o desenvolvimento quanto o meio ambiente. O aquecimento global é atualmente fator vital a considerar no planejamento de qualquer projeto de desenvolvimento. Por exemplo, os efeitos da mudança climática podem representar riscos decisivos à infraestrutura - irrigação agrícola, transporte público ou quase qualquer outra área. Por outro lado, a expansão da renda - o objetivo de qualquer esforço de desenvolvimento - quase sempre implica aumento do consumo de recursos naturais e de energia, o que resulta em mais emissões e mais aquecimento.

Essas imbricações entre aquecimento global e desenvolvimento explicam por que o governo da França exige que pelo menos 50% do financiamento fornecido pela AFD seja direcionado a projetos de desenvolvimento que também tenham um impacto positivo sobre o meio ambiente. Entre os exemplos estão parques eólicos na Etiópia, melhor gestão florestal no Madagascar, planos climáticos de âmbito nacional na Indonésia e no Vietnã e transporte urbano limpo na Colômbia.

Os bancos de desenvolvimento também podem desempenhar importante papel na criação de instrumentos financeiros que permitam que os investidores privados contribuam com a luta contra a mudança climática. Mas o atual desafio de financiamento não envolve apenas a quantidade. Embora as potenciais fontes de financiamento ao desenvolvimento favoráveis ao clima incluam atualmente fundos de pensão, seguradoras, fundações e fundos soberanos, o que muitas vezes falta são mecanismos para garantir que os investimentos sejam canalizados para projetos bem-direcionados e eficazes.

Uma das soluções são os bônus "verdes" (ou "climáticos"). Esses instrumentos têm todas as características dos bônus convencionais, mas são lastreados em

investimentos que contribuem para o desenvolvimento sustentável ou para o combate à mudança climática.

Até recentemente apenas umas poucas organizações ou governos, como o Banco Mundial, o Estado americano de Massachusetts e a região francesa de Île de France, emitiam bônus verdes e geralmente os volumes envolvidos eram modestos. Mas nos últimos dois anos outros participantes ingressaram nesse mercado e os volumes dispararam. Em 2014, as emissões de bônus verdes ultrapassaram o total de todos os anos anteriores somados.

Na verdade, a demanda está superando a oferta. As mais recentes ofertas de bônus foram todas sobressubscritas - e a tendência tende a se manter. O setor de seguros se comprometeu a dobrar seus investimentos verdes, para US\$ 84 bilhões, até o fim de 2015. E, em setembro, três grandes fundos de pensão da América do Norte e da Europa anunciaram planos de aumentar suas participações em investimentos de baixo carbono em mais de US\$ 31 bilhões até 2020.

Com a expansão do mercado para esses bônus, eles precisarão ser mais bem classificados e certificados. Atualmente não existem padrões harmonizados. A qualidade dos ativos que lastreiam os bônus depende unicamente da boa vontade e das habilidades técnicas dos emissores. Têm de ser desenvolvidas diretrizes e métodos de classificação específicos. Nesse contexto, a recente decisão de uma coalizão de investidores institucionais de medir e divulgar a pegada de carbono de pelo menos US\$ 500 bilhões em investimentos representa um passo à frente.

Em setembro, a AFD emitiu € 1 bilhão (US\$ 1,2 bilhão) em bônus climáticos. Um dos objetivos era contribuir para o desenvolvimento de padrões de qualidade concretos. Com a ajuda do principal órgão que classifica a responsabilidade social corporativa, conseguimos oferecer aos investidores informações sólidas - e um processo de prestação de contas - sobre o impacto direto da carteira sobre as emissões de gases-estufa. Na verdade, exigiu-se que os projetos financiados por esses bônus cumprissem critérios rigorosos, que incluíssem uma análise prévia de sua pegada de carbono, uma prova de um claro e significativo impacto sobre a mudança climática, e uma concepção que fosse alinhada com o conjunto das estratégias perseguidas pelos participantes regionais e pelos países.

Os bônus climáticos têm o potencial de fortalecer países e instituições na medida em que se encaminham na direção de cumprir compromissos fiscalizáveis destinados a reduzir as emissões de CO₂. No entanto, para serem eficazes, exigirão diretrizes claras e uma estrutura confiável de avaliação. Num momento em que dirigentes de países e instituições de todo o mundo se preparam para se reunir em Paris em dezembro, costurar bem o financiamento deve ser a prioridade máxima. **(Tradução de Rachel Warszawski)**